

A APOL traz aos seus associados as principais alterações produzidas com a entrada em vigor da Lei de Orçamento de Estado para 2010.

## **I. Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)**

**Distribuição de lucros** – Veio estender-se o âmbito de aplicação da isenção prevista para a distribuição de lucros a estabelecimentos estáveis situado na UE, aos Estados Membros do Espaço Económico Europeu conquanto se verifiquem os requisitos previstos na Directiva Mãe-Filhas. O mesmo se aplicando às entidades que estejam na mesma situação, mas desde que os países onde estejam localizadas se encontrem vinculados à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade equivalente à estabelecida na EU.

**Eliminação dupla tributação económica internacional** – O CIRC alargou o âmbito do regime de eliminação da dupla tributação económica, incluindo agora os lucros distribuídos por estabelecimentos estáveis e entidades residentes num Estado Membro do Espaço Económico Europeu, verificados que sejam determinados pressupostos e respeitadas as formalidades aí previstas.

**Gastos não dedutíveis** – Relativamente aos gastos não fiscalmente dedutíveis, em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, as depreciações das viaturas ligeiras de passageiros ou mistas passam a ter os respectivos limites de dedução definidos por portaria do Ministério das Finanças, aplicando-se também aos veículos eléctricos.

**Prazo para dedução de prejuízos** – Foi encurtado de seis para quatro anos o número de exercícios dentro dos quais se podem deduzir os prejuízos fiscais.

**Regime simplificado de tributação** - Foi revogado o regime simplificado de tributação em sede de IRC (revogação que apenas produzirá efeitos em 01.01.2011), prevendo-se um regime transitório até ao final de 2010 para os contribuintes actualmente tributados ao abrigo deste regime.

**Tributação de bónus** - Foi instituída a tributação autónoma, a uma taxa de 35%, sobre bónus e demais gastos ou encargos (que não estejam ligados ao cumprimento de metas de produtividade) e que sejam devidos com a cessação do contrato antes do termo previsto para o mesmo.

São igualmente tributadas à referida taxa os bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes, sempre que representem uma parcela superior a 25% da remuneração anual daqueles e possuam valor superior a € 27 500.

Só assim não será se o respectivo pagamento depender do diferimento de pelo menos metade desse valor, por três anos e sempre dependendo do desempenho da sociedade ao longo desse período.

**Cumulação de benefícios fiscais** – Prevê-se a possibilidade de cumular o benefício fiscal da criação líquida de emprego com outros incentivos de apoio ao emprego, sempre que aplicáveis.

## **II. Imposto sobre o Valor Acrescentado**

**Isenção de IVA em transmissões intracomunitárias** – As regras destinadas a garantir que a isenção de IVA aplicável às importações de bens seguidas de transmissões intracomunitárias só podem ser aplicadas caso sejam facultados pelos importadores determinados documentos e informações adicionais, designadamente a prova de que os bens importados em Portugal se destinam a ser transportados ou expedidos com destino a outro Estado-Membro, decorrente da transposição da Directiva que visa prevenir a evasão fiscal nas importações.

**Dedução de IVA** - O Governo irá definir em termos de dedução do IVA suportado com imóveis integrados simultaneamente nas actividades da empresa ou em fins externos à mesma, apenas podendo ser deduzido o IVA na proporção da sua utilização para as actividades da empresa.

**Inversão do sujeito passivo** - Consagra-se a inversão do sujeito passivo nas operações incidentes sobre direitos de emissão, reduções certificadas de emissões ou unidades de redução de emissões de gases de estufa (designadamente, CO<sub>2</sub>).

### **III. Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)**

**Actos isolados** – São agora tidos como rendimentos provenientes de actos isolados (no âmbito da Categoria B), os que não resultem de uma prática previsível ou reiterada, seja qual for a percentagem que representem globalmente nos rendimentos do sujeito passivo. Determina-se ainda que os rendimentos decorrentes da prática de actos isolados ficam sujeitos ao regime simplificado ou ao regime de contabilidade organizada, em função do respectivo valor.

**Recibo verde electrónico** - É estabelecida a possibilidade de emissão de recibo verde em formato electrónico.

**Prazos para entrega de declarações e liquidação** – Os titulares de rendimentos de trabalho dependente ou de pensões (categorias A e H) devem entregar a declaração de rendimentos até final do mês de Março (papel) ou em Abril (internet). Para os titulares das demais categorias de rendimentos as declarações deverão ser entregues respectivamente até final de Abril (papel) ou Maio (internet). O prazo para a emissão das liquidações de IRS passa a ser de 30 de Junho, para as categorias A e H, e de 31 de Julho, para as outras categorias de rendimentos.

**Taxas liberatórias** - Os rendimentos sujeitos a retenção liberatória passam a ser tributados à taxa de 20% (por ex. rendimentos auferidos por não residentes), podendo os sujeitos residentes englobar os rendimentos sujeitos à tributação à taxa de 20%.

Lisboa, Junho de 2010